Ata Número Dez

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** ----------

---

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Designação de dois cidadãos eleitores para integrar Conselho Municipal Sénior; ----------

3 - Apreciação e votação da proposta de retificação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público, pela Assembleia Municipal; ----------

4 - Apreciação e votação da proposta de classificação da PPRSL - Paisagem Protegida Regional Serra da Lousã; ----------

5 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da prestação de contas individual relativa ao ano financeiro de 2022;----------

---

A Senhora Presidente da Mesa convidou para o exercício de funções de segunda-secretária, Sara Antunes, a fim de substituir Aldina Martins que faltou justificadamente. Seguidamente, apresentou cumprimentos e agradeceu a presença do Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e trabalhadores da autarquia.----------

---

Ao X
Sara

CHAMADA: ----------

Feita a chamada verificou-se a ausência de Aldina Martins que justificou a falta e foi legalmente substituída por Sara Antunes, Pedro Santos que justificou a falta e foi legalmente substituído por Filipa Vidal que justificou a falta e foi legalmente substituída por Isabel Neves que justificou a falta e foi legalmente substituída por António José Rodrigues que faltou injustificadamente e Filipa Marques que justificou a falta e foi legalmente substituída por João Fernandes do PS; a ausência de Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi legalmente substituída por Susana Barata da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, Artur Jorge que justificou a falta e foi legalmente substituído pela Secretária da Junta de freguesia, Ana Isabel Vaz Cortez. ----------

---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ----------

Inscrições: Houve um cidadão inscrito que não compareceu. ----------

---

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a ata referente à sessão ordinária que teve lugar no dia dezasseis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três. Não havendo sugestões de melhoria e prestados os esclarecimentos devidos, foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte.----------

---

A Senhora Presidente da Mesa apresentou ao plenário uma proposta do Executivo Municipal com caráter excecional, pontual e urgente com base no nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a fim da Assembleia Municipal deliberar a título excecional e extraordinário, tendo em consideração as circunstâncias que estão previstas no ponto nº 3 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal, a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos. A proposta é o ponto número seis: – Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Concessão de Apoios a Instituições que Exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil. Deu nota de que esta proposta foi remetida a todos os membros da assembleia e, antes da votação da aceitação com fundamentação, deu a

palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** a fim de fazer o enquadramento sobre o assunto.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a excecionalidade da inclusão deste ponto diz respeito ao prazo que decorreu de consulta pública que terminou após a convocatória desta sessão ordinária e, uma vez que se pretende operacionalizar a entrada em funcionamento deste regulamento, submeteu o pedido à **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** a fim de incluir este ponto nesta sessão de abril, tendo sido dado nota em sede do Executivo Municipal desta possibilidade e, posteriormente, ser remetido, na próxima semana, para ratificação, à reunião da Câmara Municipal. Informou que se trata de um regulamento que enquadra os apoios no âmbito da Proteção Civil de diversas entidades.---------

Santinho Antunes pediu a palavra e, citando: "*relativamente à situação concreta coloca-nos algumas reservas o procedimento. Isto foi-nos enviado ontem, em cima desta assembleia, ou seja, a perspetiva é feita de uma forma muito rápida. A questão que se coloca: a competência da assembleia, na minha opinião, deve deliberar sobre assuntos colocados à proposta pelo Executivo. Este assunto é colocado pelo Presidente ou pelo Executivo? Relativamente à situação da ratificação, pretendem depois levar isto à reunião de Câmara para ser ratificado? Mas o ato, ainda não foi efetuado, ou seja, questiona-se então se consideram viável uma ratificação de um ato que ainda não passou pelo Executivo. E, são estas questões que nos levantam algumas reservas relativamente à apreciação. Não posso deixar de dizer o seguinte: há um ponto de ordem que o nosso Grupo quer ter para ser diferente do Grupo Municipal do PS, e isto tem que ser dito, é que nós nunca vamos deixar de apreciar tudo o que nos for colocado seja em cima da assembleia ou não, porque isso é um ponto de ordem. Nós aqui não estamos a bloquear nada, agora queremos que as coisas sejam apreciadas com o devido rigor.*"--

O Senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que o pedido de agendamento é do presidente, no âmbito das competências que lhe são conferidas e posteriormente será remetido para ratificação em deliberação da Câmara Municipal conforme foi antecipadamente informado na última reunião. Informou que o início do procedimento já foi presente à reunião do Executivo Municipal e seguidamente houve o período de discussão pública

que terminou no dia vinte e um do corrente mês, posteriormente à convocatória da sessão desta assembleia.----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal adiantou, ainda, que o pedido está formulado nos termos da lei e consubstanciado pelo Regimento da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 20º que diz que se houver assuntos urgentes que sejam reconhecidos por cerca de 2/3 dos seus membros, a assembleia pode deliberar este assunto que, de facto, não estava incluído na Ordem de Trabalhos. Assim sendo, colocou à votação a inclusão do Ponto nº 6 – Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Concessão de Apoios a Instituições que Exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil que foi aprovado por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e do BE e 8 (oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP.----------

---

Assim sendo, a **ORDEM DE TRABALHOS** passou a ter a seguinte redação: ---------

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Designação de dois cidadãos eleitores para integrar Conselho Municipal Sénior; ----------

3 - Apreciação e votação da proposta de retificação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público, pela Assembleia Municipal; ----------

4 - Apreciação e votação da proposta de classificação da PPRSL - Paisagem Protegida Regional Serra da Lousã; ----------

5 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da prestação de contas individual relativa ao ano financeiro de 2022;----------

6 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Concessão de Apoios a Instituições que Exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil. ----------

---

CORRESPONDÊNCIA: ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu conhecimento à assembleia de que recebeu da parte do **Senhor Presidente da Câmara Municipal** o Relatório de

Avaliação Anual referente ao Estatuto do Direito à Oposição do ano 2022, o qual foi remetido para conhecimento a todos os membros da assembleia, (doc nº 1 (um)); recebeu o Relatório Anual de Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã – CPCJL, referente ao ano 2022, que está disponível para consulta por parte dos mesmos da assembleia interessados (doc nº 2 (dois)) e, por último, um email do Sr. Casimiro Simões, em representação da Associação São Lourenço para informação de uma participação enviada hoje ao Ministério Público devida a eventuais crimes ambientais em curso na Silveira de Baixo, (doc. nº 3 (três)). ----------

---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

Inscrições: Maria Fernanda Franca, António José Gonçalves, Marco Sequeira, João Santo, Maria Antunes, Carolina Cabral Henriques, Nelson Lopes, João Curvelo, Susana Barata, Henrique Lourenço, Santinho Antunes e Joel Fernandes. ----------

Maria Fernanda da Franca interveio começando por se referir às comemorações do 25 de Abril e aos "*discursos de circunstância*" por vezes desvirtuados por alguns. Em seguida, mencionou o Regulamento Municipal do Cemitério da Lousã que data ao ano de 2003. Apresentou um conjunto de observações e propôs algumas sugestões de melhorias e contributos no arranjo do espaço interior do cemitério e deu nota da falta de recursos humanos naquela área. Criticou o facto do **Senhor Presidente da Câmara Municipal** não ter atribuído Pelouros aos Vereadores da Oposição recordando o tempo em que nos mandatos dos Senhores Presidentes Horácio Antunes, Parola Gonçalves e Fernando Carvalho, o Executivo Municipal distribuiu Pelouros a todos os vereadores desde o ano de 1997, período em que também integrou as listas, e evocou, o Vereador Eng.º Brito a quem prestou homenagem pelo trabalho desempenhado na área do trânsito. ----------

A Senhora Presidente da Mesa fez um ponto de ordem de alerta e para relembrar dizendo que não pretende interferir nas diversas intervenções, todavia, este ponto da ordem de trabalhos tem a duração de sessenta minutos, como é do conhecimento de todos. A Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP tem dezoito minutos e a Sr.ª Deputada **Maria Fernanda Franca**, nesta sua intervenção, usou catorze minutos. Deu nota de que, muito

embora haja alguma flexibilidade, apelava aos restantes intervenientes que fossem pragmáticos e sucintos o suficiente para exporem as suas ideias e passarem a sua mensagem. Acrescentou, ainda, que o PS tem trinta e seis minutos e o BE tem seis minutos, de acordo com o que está aprovado. ----------

Santinho Antunes interpelou para dizer, citando: "*como referi há pouco hoje foi entregue mais um ponto à ordem do dia e não houve por parte do Grupo Municipal do PSD qualquer constrangimento nisso, porque estamos aqui para efetivamente apreciar todos os pontos e isto para dizer o quê: se não forem utilizados os trinta e seis minutos que competem ao PS de certeza que V. Ex.ª terá de certeza essa simpatia para que o resto do tempo seja distribuído*", ao que a **Senhora Presidente da Mesa** respondeu que a **Mesa** seria flexível e "flexibilidade" se o Sr. Deputado estiver atento, inclusivamente em reuniões anteriores, poderá verificar que houve sempre flexibilidade. ----------

Santinho Antunes disse ainda que tem feito questão para que se cumpra ao pormenor.----------

António José Gonçalves interveio para fazer algumas observações: começou por chamar a atenção para a necessidade de colocação de sinalização adequada, a fim de impedir a passagem de autocarros de passageiros para inversão de marcha junto ao Castelo, dado o desabamento de terras na estrada que vai para a Senhora da Piedade, acusando o **Senhor Presidente da Câmara** de ser responsável em caso de acontecer algum acidente no local; chamou a atenção para o freixo, árvore ornamental, que está no lugar do Freixo, porque está oca e poderá a qualquer momento partir e cair, causando danos a pessoas e/ou bens, pelo que sugeriu o seu corte, apesar de ser o "*ex-libris da zona*"; perguntou pelo ponto de situação da legalização do Clube Vilarinhense; e, por último, referiu-se à falta de um "*pino*" na escada da Câmara Municipal, sugerindo a sua reparação. ----------

Marco Sequeira usou da palavra começando a sua intervenção a referir-se ao ciclo de diálogo "Voz Jovem Lousã". Disse ser um projeto que prova o trabalho realizado pela ACTIVAR através do Espaço J que, em parceria com a Câmara Municipal, tem como objetivo ser um instrumento base para a construção do próximo Plano Municipal da Juventude, bem como a aproximação dos jovens às políticas de juventude e a sua capacitação nos processos de participação política. Teceu várias considerações detalhadas sobre o referido projeto que

envolveu mais de quatrocentos jovens de diferentes faixas etárias e foi vencedor regional do Prémio "Europa para Ti AEJ 2022". Referiu a assembleia My Polis que tem por objetivo ser um espaço ativo de cidadania, onde na Lousã, este projeto já teve diversos momentos nos quais se inclui uma assembleia jovem digital, onde a JS Lousã teve oportunidade de apresentar um conjunto de propostas e afixado cartazes nas escolas do concelho sobre a igualdade de género. Informou que na última assembleia participativa realizada no Agrupamento de Escolas da Lousã, estiveram presentes quatro turmas, onde cada uma apresentou problemas que identificaram no espaço escolar e comunidade, propondo soluções para alguns problemas, tais como: as alterações climáticas, o bullying, a integração de imigrantes e o desenvolvimento sustentável. Concluiu dizendo que estas atividades têm o apoio da Câmara Municipal e no seu entendimento estão no caminho certo e de futuro.----------

João Santo interveio para dar conhecimento que lhe têm chegado algumas preocupações relativamente à diminuição de recursos humanos voluntários nos Bombeiros Municipais, questão esta que diz respeito à passagem de voluntários para sapadores, pelo que perguntou se o Corpo de Bombeiros Municipais, está suficientemente garantido a fim de dar a resposta necessária para a época de verão que se aproxima. Questionou, também, a comunicação da Associação de São Lourenço relativamente a alguns eventuais crimes ambientais que estão a ocorrer na Silveira de Baixo, perguntando se esta situação está a ser acompanhada ou se o Executivo pode adiantar mais alguma informação sobre o assunto.----------

Maria Antunes usou da palavra para se referir às dificuldades observadas em diversos municípios no que diz respeito ao processo de descentralização de competências na área da educação, em diversos pontos, mas com particular enfoque na área das despesas, recursos financeiros e pagamentos associados, provocando desigualdades territoriais no domínio crítico para a coesão nacional como é a educação. Em nome da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP solicitou informação relativa à forma como este processo está a decorrer no território da Lousã, nomeadamente as dificuldades identificadas e que medidas foram ou irão ser implementadas. Perguntou, também, se o rácio para o pessoal não docente está a ser respeitado nas

escolas deste concelho. A concluir, destacou preocupação para com o insuficiente número de apoio às crianças com necessidades educativas especiais, porque fica muito aquém das necessidades que estas crianças precisam e que têm direito. ----------

Carolina Cabral Henriques iniciou a sua intervenção para se referir ao regimento, dizendo que continuam a intervir nesta Assembleia Municipal à luz de um regimento não revisto, não adequado e não ajustado aos resultados eleitorais do PSD nesta assembleia. Deu nota que hoje, receberam uma comunicação da **Senhora Presidente da Mesa** para marcar uma reunião para revisão do regimento, no entanto, este email peca por tardio, dado que há quatro meses o PSD apresentou uma proposta de revisão. Adiantou que não quer acreditar que se trate de uma tentativa de condicionar ou colocar obstáculos e entraves porque têm sido inúmeras as vezes que o PSD tem tentado sensibilizar para esta necessidade de rever e colmatar as lacunas do regimento municipal, sendo a maior delas, como todos sabem, a transmissão das sessões em direto nas redes sociais. Afirmou que em tempo de Abril, ficaria bem à maioria socialista que compõe a comissão criada para o efeito, um impulso decisório da elaboração de uma proposta de um regimento que efetive o que o PSD quer vindo a trabalhar já há algum tempo. Confirmou a presença dos elementos do PSD, Santinho Antunes e Carolina Cabral Henriques, na reunião agendada para o efeito na expetativa que esta seja a sessão derradeira para o que pretendem já há muito tempo alcançar. Em seguida e referindo-se à Escola da Floresta e ao Polo do IPC na Lousã, deu conhecimento que consultaram a base gov e que se depararam com um concurso público para requalificação e beneficiação das instalações da Escola da Floresta com um prazo de execução de sessenta dias, num valor aproximado de cinquenta mil euros e com data de contrato de vinte e três de março de dois mil e vinte e três. Assim questionou o **Senhor Presidente** da Câmara se efetivamente vão ser concluídas estas obras, qual a data de consignação para aferição do prazo de sessenta dias de execução. Adiantou que tem vindo a ser constatado por parte do IPC, Editais aos candidatos de Técnico Superior Profissional em Operações Florestais em que a data de início do calendário escolar seria de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três pelo que estão confusos com esta cronologia e, por isso, solicitam

esclarecimentos, inclusivamente, saber também, se as aulas tiveram início em outras instalações e quantos alunos é que estão inscritos. Concluiu denunciando a dificuldade desta autarquia em não conseguir cumprir prazos.-

A Senhora Presidente da Mesa, antes de passar a palavra ao próximo inscrito comunicou que o Grupo Municipal do PSD, já gastou vinte e cinco minutos dos dezoito minutos que tinha direito em termos regimentais.----------

Nelson Lopes usou da palavra começando por enaltecer o importante trabalho que a autarquia tem desenvolvido na promoção da gastronomia do concelho. Disse que mais uma vez e em conjunto com os restaurantes aderentes foi realizado com enorme sucesso, no passado mês de fevereiro, o Festival Gastronómico da Chanfana e estão a decorrer, também, com adesão os fins-de-semana gastronómicos do cabrito. Estas ações de dinamização da economia local e de promoção do Território, juntamente com a oferta disponível de alojamento com a qualidade e quantidade dos eventos desportivos, com a riqueza do património cultural edificado e com uma oferta cultural constante e variada, têm contribuído de forma determinante para a atratividade do concelho e para um crescimento consolidado do número de visitantes. Destacou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal em parceria com a Associação Empresarial Serra da Lousã, para a qual o município atribuiu em março um apoio financeiro no valor de vinte e seis mil e quinhentos euros, a fim de contribuir para o seu funcionamento e bom desempenho na realização de atividades, eventos e dinamização do comércio local, bem como a realização da iniciativa "Aqui há Natal" e a campanha "Comércio conVIDA", que, na quadra da Páscoa, sorteou um prémio pelos clientes que fizeram compras nos estabelecimentos aderentes. Citando: "*E ainda contribuiu para o funcionamento da rede de consultores de apoio dinamizado por esta entidade e que presta aos seus associados um importante apoio na divulgação e captação de fundos comunitários. E, neste registo, quero também aqui destacar a organização conjunta da autarquia e desta Associação Empresarial da iniciativa designada por "Ciclo de Oportunidades de Fundos Europeus 2030" através da qual estão a ser realizadas várias sessões de divulgação das oportunidades proporcionadas pelos atuais programas de financiamento comunitário. Estou certo que esta matriz de proximidade com as empresas e empresários do concelho que tem*

gerado tão bons resultados para a Lousã continuará a ser decisiva para um bom desempenho no futuro. A título de exemplo, podemos verificar que com *este posicionamento a Lousã com cento e catorze projetos no Programa Operacional do Centro do PT 2020 foi o quinto concelho dos dezanove da Região de Coimbra que mais candidaturas conseguiu aprovar, ficando apenas atrás das principais cidades, e, essas candidaturas correspondem a um fundo total aprovado em cerca de catorze milhões de euros, sendo o Município da Lousã o maior beneficiário com mais de cinco milhões de euros de montante incentivo para um investimento total de mais de seis milhões de euros. Apenas neste Programa Operacional, ou seja, sem efetuar uma análise ao desempenho do concelho no Plano de Desenvolvimento Rural, nos outros programas temáticos e nos outros instrumentos de financiamento, tivemos cento e catorze candidaturas que totalizam cerca de catorze milhões de euros de fundo aprovado e correspondem a um total de investimento elegível de praticamente vinte e dois milhões de euros."* A concluir, deixou um desafio ao Executivo Municipal para que conjuntamente com a Associação Empresarial elaborem um relatório simples, mas rigoroso, sobre a totalidade de fundos comunitários captados pelas entidades públicas e privadas da Lousã nos vários programas deste ciclo de fundos que vai agora terminar, bem como o investimento alavancado pelas várias candidaturas aprovadas. Sensibilizou para a utilização desta ferramenta que permite uma leitura mais abrangente do desempenho do concelho nestas matérias e será certamente uma fonte de inspiração e motivação para em conjunto se conseguir ainda melhores resultados no Quadro de Portugal 2030 que agora inicia. ----------

João Curvelo tomou a palavra e em nota prévia afirmou, citando: "*sobre as palavras que* ***Marco Sequeira*** *referiu de aproximar a política dos jovens, uma boa ideia, poderia ser a transmitir as sessões das Assembleias Municipais e as reuniões de Câmara, aproximávamos os jovens e todas as pessoas. Mas, ainda bem que o Partido Socialista nacional, a Assembleia da República, aprovou uma lei para obrigar à transmissão das Assembleias Municipais e portanto daqui a uns tempos elas já serão transmitidas. Venho aqui falar das celebrações do 25 de Abril e dirijo-me à* ***Senhora Presidente da Mesa*** *para transmitir o descontentamento do Grupo Municipal PSD-CDS sobre a falta de formalismo que teve a chamada sessão Solene da Assembleia Municipal. Há*

um ano atrás o Dr. Pedro Santinho alertou para a falta de rigor jurídico que reveste esta dita sessão da Assembleia Municipal. Ora, nenhuma sessão da Assembleia Municipal existe juridicamente sem que tenha uma convocatória, uma ordem de trabalhos e um quórum e não é só uma Assembleia Municipal. Nada disto é respeitado pelo convite que a Senhora envia aos Deputados Municipais que não tem qualquer diferença prática entre o convite que é feito ao geral da população para estar presente na sessão Solene. Outra situação é a gestão dos lugares que é feita no Salão Nobre, onde estão reservados lugares apenas para o Executivo Municipal e para os Presidentes das Juntas de Freguesia, muito bem, mas, também, havia de haver lugares reservados para os Deputados Municipais. No limite se não estivesse presente nenhum Deputado Municipal, a Assembleia Municipal decorria na normalidade. E, relembro então que o mais importante da Assembleia Municipal são os seus membros e não o Executivo Municipal que, apesar de ser muito importante, são órgãos diferentes e que o Executivo vem à Assembleia Municipal prestar contas. É certo que muitos Deputados Municipais não comparecem na sessão do 25 de Abril, infelizmente, mas fomos obrigados a confirmar a nossa presença na via pública para a inauguração da ciclovia onde qualquer pessoa poderia estar, visto que estamos em plena via pública, creio que faria sentido, também, pedir aos Deputados Municipais que confirmem a sua presença na sessão Solene de modo a que se possa reservar lugar para cada um e gerir melhor o espaço exíguo que tem o Salão Nobre. Fica, também, a recomendação que se escolha um espaço maior para a sessão do 25 de Abril pois não há espaço para acolher as pessoas que queiram assistir e que se possa democratizar realmente esta sessão. Aliás, se todas as pessoas que estavam nos Paços do Concelho tivessem aceitado o convite do Senhor Presidente para assistir à sessão Solene, facilmente ficávamos com a sala a abarrotar. Por último, quero esclarecer que isto não é uma questão política, é uma questão jurídica, uma questão de bom senso e uma questão de respeito. Não foi só o Grupo Municipal do PSD-CDS que foi desrespeitado, os Deputados Municipais do PS e o Deputado do BE, também o foram igualmente e por isso, espero que a ***Senhora Presidente*** *reflita sobre isto porque respeitar a Assembleia Municipal é um dever de todos mas, especialmente seu porque preside este órgão e, a meu ver tem falhado sucessivamente, na importância*

e no papel da Assembleia Municipal colocando-a sempre à sombra do Executivo Municipal." ----------

Susana Barata interveio começando por parabenizar, em nome do Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, a organização da atividade do dia vinte e quatro de abril onde decorreram os Jogos de Freguesia e onde esteve presente como voluntária da Associação de Pais da Escola EB 2. Disse que as crianças estavam muito satisfeitas e os adultos também, pelo que até surgiu a vontade de fazer novamente uma atividade do género com a interação dos pais como assistentes. Seguidamente, referindo-se às marchas de S. João, disse ser um evento com muito poder e potencial na Lousã, pelo que sugeriu um itinerário alternativo, por exemplo, a Avenida do Brasil, porque é uma rua mais larga e com maior visibilidade contrariando o atual percurso que é curto e com pouca visibilidade. A concluir questionou as obras do Cineteatro da Lousã, em curso há três anos e com a previsão de conclusão para maio de dois mil e vinte e três; o ponto de situação da Escola Secundária da Lousã; e se houve intervenção ao nível das infraestruturas da Piscina Municipal, "*porque a Educação, a Cultura e o Desporto não podem ser feitas de promessas, nem adiamentos e sim atividades em concreto*", disse.----------

Henrique Lourenço usou da palavra para dar conhecimento à Assembleia Municipal que o Edifício da Casa do Povo, construído ao longo de alguns anos pelas forças vivas da terra, em terreno cedido por um benemérito em 1960, serviu as coletividades durante vários anos chegando a ter um Infantário, uma Extensão do Centro de Saúde e uma Extensão da Santa Casa da Misericórdia da Lousã. Entretanto, este edifício foi encerrado, e a Junta de Freguesia na pessoa do seu Presidente, Sr. José Padrão, foi obrigada a entregar as chaves à Segurança Social que se "*intitulou dona do edifício.*" Por vários anos o edifício esteve fechado e inclusivamente arrombado, continuando a ser necessário às várias coletividades da terra para o desempenho de diversificadas atividades, mas que não havia viabilidade, nem boa vontade por parte da Segurança Social nas várias tentativas de conversações efetuadas. Entretanto, este ano, na cerimónia de homenagem a todos que serviram na Guerra Peninsular, disse ter solicitado ao **Senhor Presidente da Câmara** a sua intervenção neste processo, a fim de ver se conseguia desbloquear esta situação, junto da

Segurança Social, devolvendo ao povo a Casa que lhes pertencia. Pouco tempo depois foi contactado pelos Serviços Jurídicos da Segurança Social para uma reunião a fim de ser abordada a questão da transferência do imóvel para a Junta de Freguesia. Informou que a reunião já teve lugar na passada segunda-feira e é com grande satisfação que comunicava que o edifício vai ser registado em nome da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, passando a estar ao serviço do povo. Apresentou um caloroso agradecimento em nome pessoal, do Executivo e da população em geral ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** pelo sucesso da sua intervenção num processo que se vinha a arrastar há vários anos para tristeza da população daquela freguesia que assistia à degradação diária de um imóvel que lhes pertencia.----------

Santinho Antunes tomou a palavra a fim de questionar o email da Associação de São Lourenço, que recebeu hoje mesmo, nomeadamente perguntou se corresponde à verdade o que nele é dito. Disse que o Grupo Municipal do PSD não tem dúvidas de que é um crime ambiental que está a decorrer na Serra, no entanto, existem expressões no referido email que destacaram como: "... *na internet, a Silveira Tech reclama como sua uma área que ultrapassa os 250 hectares, para um empreendimento que, de facto, ninguém ou quase ninguém conhece... a Silveira Tech, ainda na internet, reivindica parcerias diversas, com destaque para o Município da Lousã... em pelo menos um orçamento municipal, o de dois mil e vinte e um, a Câmara consagrou uma verba para um projeto privado, na Silveira, concebido com muito segredo pela mencionada Colquida.*" Afirmou que há mais de um ano, o PSD vem perguntando ao **Senhor Presidente da Câmara** se tem conhecimento do que se passa na Serra e a sua resposta tem sido sempre que não tem conhecimento, porque se trata de uma questão privada. Contrariamente a esta afirmação, e pelo email recebido, constatou que a Câmara Municipal é parceira, pelo que solicitou que lhe fosse dito qual é a sua posição relativamente ao que se está a passar. Relativamente à proposta de Moção apresentada anteriormente pela transparência da APIN afirmou que se estão a adiar soluções e decisões. Citando: "*a primeira vez que trouxemos aqui o problema foi em catorze de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois. Isto num problema que já nasce e que nós já tínhamos trazido em vinte e nove de*

setembro do ano de dois mil e vinte e dois, em catorze de dezembro trouxemos aqui uma moção. O Grupo Municipal do PS quis juntar-se a essa moção, até hoje, não temos qualquer proposta para apresentar esta moção. A palavra aqui do Grupo Municipal do PS é adiamento, é deixar andar, é atrasar as coisas. Chegámos hoje e, ficamos... uma coisa que também questiono o ***Senhor Presidente*** *para ser muito direto que é, houve um conhecimento de que surgiu um parecer com a proposta de revisão extraordinária do Contrato de Gestão Delegada da APIN realizado pela ERSAR que apresentou um conjunto de dados preocupantes sobre a viabilidade e situação financeira da APIN. Neste parecer é referido que as receitas encontram-se abaixo do previsto, tendo no período de 2020-2021 ficado cerca de dez milhões de euros abaixo do inicialmente estimado. No parecer em questão fica clara a má situação financeira da APIN entre outros problemas igualmente graves detalhados no referido parecer. Duas questões, uma para cada lado:* ***Senhor Presidente*** *se confirma esta situação da APIN para a assembleia e como foi aqui dito há pouco e aproveito para dizer aqui isto, e reiterar, quando o assunto é urgente, o Grupo Municipal do PSD nunca o coloca em causa ser discutido aqui. Agora questiono, pode ser hoje aqui aprovado, para não estarmos mais tempo à espera do Grupo Municipal do PS, um convite sem mais nada, a dizer Exmo. Senhor Presidente da APIN, temos todo o gosto em convidá-lo a vir à assembleia, isto não tem nada de político. Pergunta: é assunto suficientemente importante para ser aprovado hoje aqui, este convite? Deixo a questão."*----------

Joel Fernandes interveio começando por saudar democraticamente a todos quantos participaram com orgulho nas comemorações do 25 de Abril. Destacou os discursos de **João Santo** e **Santinho Antunes**, porque no seu entendimento, em democracia deve-se respeitar as ideias de cada um dos outros e considerando sempre, citando: "*que estão à nossa frente adversários políticos, pessoas com ideias diferentes, pessoas que escolheram caminhos diferentes, talvez até para alcançar objetivos comuns, mas nunca inimigos. Acredito que no 25 de Abril, cá na Lousã, também se fez democracia. Portanto, apesar de não concordar com muitas das ideias porque escolho caminhos diferentes. Tanto o* ***Deputado Santinho Antunes,*** *como o* ***Deputado João Santo*** *expressaram-se na Sessão do 25 de Abril, saúdo a sua*

disponibilidade democrática." Sobre a responsabilidade institucional disse, citando: *"é o tema da responsabilidade institucional de cada um de nós, enquanto deputados/as municipais, enquanto vereadores/as, enquanto Presidente de Câmara e enquanto Presidente da Assembleia. Temos a responsabilidade na nossa vida pública, porque somos membros eleitos pelos nossos pares e temos a responsabilidade de ser exemplo, não alimentar desinformação, de contribuir para os esclarecimentos dos nossos concidadãos e, acima de tudo, de alimentar a democracia e, talvez assim, ainda que concorde com outras opções que são válidas e com sugestões que são válidas, talvez assim consigamos trazer também mais gente para a vida política, sem recorrer a extremismos sejam eles de qualquer espetro político, sem alimentar em redes sociais em cafés, ou quando intervimos publicamente, extremismos sejam eles de que espetro politico seja, talvez assim consigamos trazer mais gente para a vida política."* Concordou democraticamente com algumas das sugestões apresentadas nesta sessão e disse que caberá a quem foi eleito avaliá-las e implementá-las ou não. Destacou a questão das crianças com necessidades educativas especiais e a questão que, felizmente, neste concelho, lhes é fornecida. Realçou que a Lousã *"tem uma consciência social especial"* motivo pelo qual muitos escolhem este território; a questão da mobilidade suave; a regeneração urbana desenvolvendo o espaço público mais às pessoas e menos aos veículos automóveis; Fez ainda uma referência ao Metro Bus dizendo que falará sempre neste projeto até que ele esteja concluído e disponível para todas as pessoas.----------

---

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu as várias intervenções e deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia. ----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por agradecer os contributos da **Senhora Deputada Maria Fernanda Franca**, nas várias questões mencionadas, nomeadamente, as sugestões e propostas relativamente à valorização do Cemitério Municipal. No que diz respeito à circulação de trânsito pesado na estrada de acesso ao Castelo, informou que está devidamente identificada e sinalizada; A árvore, no Freixo está a ser alvo de análise por parte de uma

entidade consultada para o efeito e já foi feita uma peritagem técnica; Deu nota de não ter informação atualizada sobre o Clube Recreativo Vilarinhense; relativamente ao dano de um pilastra de cantaria em falta nas escadas do Edifício dos Paços do Concelho, informou que está em tratamento a sua reposição; Assinalou que todas as atividades que possam envolver ativamente os jovens seja em que patamar ou nível for, são importantes, nomeadamente no processo de desenvolvimento local; Relativamente aos Corpos de Bombeiros, informou que é uma realidade transversal devido a variados fatores e é um facto de que o número de pessoas disponíveis para serem voluntárias em Corpos de Bombeiros tem vindo a diminuir com grande significado, em todo o país. No que diz respeito ao Corpo de Bombeiros Municipal, assegurou que o número de efetivos existente é bastante importante e significativo com um conjunto de voluntários e profissionais com a classificação de sapadores. Relativamente à comunicação que a **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu conhecimento, informou que ainda não teve oportunidade de verificar, pelo que serão analisadas as questões suscitadas nesta sessão; sobre o processo de descentralização, informou que em termos gerais, o processo tem decorrido com alguma normalidade, tendo em conta que é um processo novo. Sobre a questão específica dos assistentes operacionais para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais disse ser uma situação que está identificada, e que não é circunscrita ao Concelho da Lousã, no entanto, a Câmara Municipal tem desenvolvido algumas diligências no sentido próprio de minorar esta questão, aguardando da parte do Estado Central a definição do número de assistentes operacionais para essa situação em concreto. Relativamente à Escola da Floresta, informou que tem havido várias propostas formativas e os cursos ainda não tiveram início; Deu nota de que não havia impedimento das formações terem iniciado, independentemente dos trabalhos de beneficiação a realizar e não ter presente, no momento, a data da consignação, embora os trabalhos estejam em curso. Acrescentou que se trata de uma adaptação de instalações da área que será utilizada; **Nelson Lopes** respondeu que entre a Câmara Municipal e a Associação Empresarial já existe cruzamento de informação e elaboração de relatório, todavia, acolheu o repto no sentido de otimizar essa informação no que diz respeito à captação de fundos

comunitários; Associou-se às palavras de felicitação de **Susana Barata** relativamente aos Jogos da Freguesia, organizados pela Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho em que a Câmara Municipal também participa. Quanto à questão do percurso das marchas de S. João, disse que é falada todos os anos, entre a Câmara Municipal e os representantes de cada uma das marchas. Disse que esta possibilidade de alteração de percurso sugerida já foi várias vezes ponderada, no entanto, os representantes das marchas entendem que pesando todos os fatores, o percurso que tem vindo a ser utilizado é o adequado, todavia tomou nota da sugestão apresentada; relativamente ao prazo de conclusão das obras do Cineteatro da Lousã, informou que haverá uma reunião com a empresa que está a realizar os trabalhos na próxima semana e a partir daí pretende-se uma definição concreta e objetiva da data da conclusão. Adiantou que os trabalhos em curso não têm tido o desenvolvimento que a Câmara Municipal desejava. Informou que ainda não sabe para quando está previsto o início das obras da Escola Secundária porque a candidatura foi submetida, aguardando-se a sua avaliação pelas entidades CIM-RC e CCDRC; Relativamente à Piscina Municipal, que é um equipamento importante e tem uma utilização intensiva durante todo o dia pelas escolas e outras entidades, informou que está devidamente sinalizado, no sentido de serem executadas algumas obras de beneficiação e modernização de caráter geral e algumas que dizem respeito à estrutura e questões de eficiência energética. Informou que o projeto está preparado, aguardando definição do novo ciclo de fundos comunitários para o posicionar. Ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio**, **Henrique Lourenço** disse lamentar que o processo tenha demorado tanto tempo. Reiterou que aquele edifício tem várias possibilidades de uso e é bom que tenha sido devolvido à comunidade para uso em várias vertentes da freguesia; Relativamente à comunicação da Associação de São Lourenço, reiterou que não teve oportunidade de ver em pormenor a comunicação, como tal, e relativamente ao que é referido por **Santinho Antunes**, no orçamento municipal, não foi despendida nenhuma verba, a eventual inscrição em orçamento seria para financiamento para infraestruturas, mas não foi consumado, todavia, é obrigação estar inscrito em orçamento para apresentação de candidatura, facto que não se veio a

concretizar. O município é parceiro institucional tal como são outras entidades, nomeadamente: Universidades, Empresas, Associações que se associaram ao projeto. Relativamente à questão da APIN a que foi dada ênfase, disse não ser novidade porque a empresa tem passado por dificuldades que são conhecidas por todos. A justificação para as receitas abaixo do previsto devem-se, essencialmente, à redução drástica que existiu no ano de dois mil e vinte no orçamento inicialmente fixado e portanto a ERSAR referencia o orçamento inicial validado e, por essa razão, há um diferencial grande relativamente ao orçamento inicial e o que foi aplicado pela empresa pelas razões e contexto igualmente conhecidas. ----------

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para afirmar o seguinte, citando: "*Houve duas intervenções que foram dirigidas à* ***Presidente da Mesa da Assembleia****, a da Sr.ª Deputada* **Carolina Henriques** *dizer que de facto não há aqui nenhuma tentativa de boicotar ou de adiar a revisão do Regimento da Assembleia Municipal por isso é que já foi agendada a reunião. A verdade é que se tentou agendar anteriormente e não conseguimos e, também, sugeri que me enviassem sugestões e a verdade é que, até ao momento, não obtive nenhuma, e por isso, a minha insistência também porque acho que é uma mais-valia termos as diferentes opiniões contempladas no regimento. Mas, a reunião para todos saberem, está agendada para daqui a uma semana, sensivelmente, para ver se de facto ultimamos uma proposta para depois trazer aqui à próxima reunião da Assembleia Municipal. Relativamente á intervenção do Sr. Deputado* **João Curvelo** *dizer que, de facto, é a sua opinião, o facto de estar insatisfeito, respeitamos, obviamente, mas como deve ter lido não só a lei mas também o regimento, sabe que a assembleia é um órgão deliberativo, é um órgão que tem as competências bem definidas na lei e no regimento e que aquela sessão, não é uma sessão Solene da Assembleia Municipal como pode verificar através do convite que recebeu. O que recebeu foi um convite para a Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril, quadragésimo nono aniversário e, não tem enquadramento nem numa sessão ordinária desta assembleia, nem numa sessão extraordinária e por isso, trata-se de uma sessão Solene de comemoração de uma efeméride, neste caso, do 25 de Abril e, por isso, é que foi remetido o convite e normalmente é um convite que é enviado a todos os*

membros da assembleia, à Câmara, também, e a outras individualidades que entendemos que seria pertinente estarem naquele tipo de sessão. Esta sessão foi integrada no programa das Comemorações do 25 de Abril da Câmara que era um programa alargado, com várias atividades, com várias comemorações também. Mas, volto a dizer, não é uma sessão que tenha enquadramento numa sessão ordinária, ou extraordinária, por isso, não tem o caráter de convocatória, tem sim o caráter de convite e foi isso que foi feito."-

Santinho Antunes interpelou a **Mesa** para questionar se é aceite apresentar hoje o convite à APIN.----------

A Senhora Presidente da Mesa informou que a sua sugestão que decorre da última sessão da assembleia, era que os líderes reunissem.----------

Joel Fernandes interpelou a **Mesa** para propor que o convite à APIN poderia ser tratado na reunião agendada para o dia dez, uma vez que estão presentes os três líderes com assento na assembleia, e aí acertavam a formalização do convite à APIN. ----------

Santinho Antunes reiterou e insistiu que o convite poderia ser formulado hoje, porque não tem que ser presente à reunião da assembleia e não tem a ver com a reunião agendada para o próximo dia dez, que diz respeito apenas ao regimento. Manifestou veementemente o seu descontentamento pelo facto da sua proposta não ser acolhida e afirmou "*se querem rigor, há que ser rigoroso*" e assim sendo, afirmou não estar formalmente convocado para uma reunião a ter lugar no dia dez para tratar de assuntos da APIN.----------

A Senhora Presidente da Mesa interveio para informar que a próxima sessão ordinária será em junho, como tal, e se nada houvesse a opor, ultimavam os termos em que o convite será formulado no dia dez e o assunto ficaria para a próxima sessão da assembleia. Solicitou que os membros da assembleia não entrassem em diálogo e prosseguiu os trabalhos.----------

---

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira. (doc. nº 4 (quatro)).----------

---

Inscrições: António José Gonçalves, Marco Sequeira, João Curvelo, Luís Martins, Santinho Antunes e Joel Fernandes. ----------

António José Gonçalves iniciou a sua intervenção acusando o **Senhor Presidente da Câmara** de não ser conclusivo nas respostas que dá, nomeadamente às questões por si próprio apresentadas. Afirmou que não existe sinalética a proibir a passagem de autocarros de passageiros para o Castelo; Seguidamente, dirigiu-se à **Senhora Presidente da Mesa** da Assembleia Municipal dizendo que este é o órgão de fiscalização da atividade do Executivo Municipal. Recordou que na passada sessão desta assembleia solicitou mais informação neste documento, nomeadamente a cronologia de datas, que diz respeito à atividade municipal e que, inclusivamente, a **Senhora Presidente da Mesa** concordou com o seu pedido. Manifestou descontentamento pela forma como o documento continua a ser tratado e remetido aos membros da assembleia e enunciou um conjunto de ocorrências que não estão devidamente clarificadas e datadas. Reiterou o pedido para que na próxima sessão esta situação não se venha a repetir. Concluiu a sua intervenção referindo-se à falta de dez milhões de euros na faturação da APIN, o que significa que a curto ou médio prazo, citando: "*nós vamos pagar isto tudo, a APIN foi criada, também, em cima do joelho.*" Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre uma polémica que envolve o aluguer de umas cadeiras para o concerto do cantor Tony Carreira, no valor de dez mil euros, quando a receita a reverter para a ARCIL era de sete mil e quinhentos euros; Questionou ainda a requalificação do Cineteatro e as obras do MetroBus; Criticou a rede ciclável urbana da Lousã, porque há sítios em que nem uma pessoa consegue passar; Mencionou os Passadiços da Senhora da Piedade; Solicitou o ponto de situação sobre a empresa que estava para executar as obras das escolas que continua integrada nos processos pendentes judiciais, no documento da atividade municipal e que já vinha na informação anterior, processo que continua sem data nem atualização; a concluir perguntou por um processo de oitocentos mil euros onde houve um acordo de refazer as obras que ficaram mal executadas, nomeadamente lombas e pavimentação e que deveria ficar concluído no final deste mês. Segundo as suas palavras, as obras ainda nem começaram. ----------

Marco Sequeira usou da palavra para destacar a organização da Gala do Desporto. Na sua perspetiva, foi um momento que a todos orgulhou enquanto Lousanenses porque foi distinguido o mérito e os resultados de 460 atletas, clubes e associações desportivas que trabalham diariamente pelas conquistas e prestigiam desta forma o Concelho da Lousã e além-fronteiras. Realçou o facto da oferta desportiva ser muito diversificada, juntando o intenso trabalho desenvolvido pelos atletas, os seus clubes e associações. Distinguiu a qualificação da atleta Camila Rebelo apurada para os Jogos Olímpicos, de Paris 2024, bem como o record do Mundo por parte de Diogo Cancela. Disse estar certo que a autarquia continuará a investir nesta área. ----------

João Curvelo interveio para questionar o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o estado das vias da Lousã e de acesso à Lousã que continuam sem sinalização horizontal. Fez igualmente uma chamada de atenção para os passeios na vila e fora dela, dando como exemplo a Rua D. Manuel I que não tem qualquer intervenção, e onde os passeios estão consumidos por ervas com altura de quase uma pessoa e com buracos. Citando: "*a vila conta por um todo não só pelo centro e por um raio de trezentos metros da Câmara Municipal e por isso, acho que deve tentar dignificar a vila e os acessos que apesar de não estarem na sua competência, o Senhor pode exercer a sua influência para que sejam melhorados.*"----------

Luís Martins usou da palavra referindo-se numa nota genérica da informação financeira dizendo que está de acordo com o que está previsto para os primeiros três meses do ano de 2023. Citando: "*embora a comparabilidade de receitas e despesas com o primeiro trimestre do ano de 2022, tem sempre de se ter em consideração que apenas em abril de 2022 existiu a transferência de delegação de competências no Setor da Educação, de modo que a comparabilidade aqui possa estar um bocado desvirtuada. Mas, ainda assim, os rácios e os quadros financeiros indicam que a política da autarquia é contínua. O cumprimento da regra do equilíbrio orçamental está demonstrado. O cumprimento das leis dos compromissos e dos pagamentos, também, está aqui demonstrado em atraso.*" Questionou alguma informação adicional sobre dois pontos que constam na Atividade Municipal: A assembleia extraordinária da APIN, que não tem conhecimento que já tenha sido prestado algum esclarecimento anteriormente e o processo judicial

pendente, uma responsabilidade extracontratual do Estado – processo 1805/22.7 TAF Coimbra. ----------

Santinho Antunes interveio para questionar o **Senhor Presidente** sobre a posição do município e como é que considera o afastamento da regionalização e a descentralização das competências para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC.----------

Joel Fernandes interveio para solicitar ao **Senhor Presidente** informações sobre o deficit de exploração que a Câmara Municipal tinha em relação ao abastecimento público de águas, resíduos e saneamento, acerca dos investimentos que a APIN fez, está a fazer e que ainda está para fazer no território, acerca dos investimentos que são feitos para melhorar o sistema e reduzir as perdas e reduzir o deficit de exploração. ----------

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra a fim de esclarecer as questões formuladas começando por dizer que relativamente ao concerto do Tony Carreira, decorreu de acordo com as condições e o estipulado na digressão que o artista está a fazer pelo país em parceria com a Missão Sorriso – Continente. A Câmara Municipal contratou serviço a uma empresa do âmbito do artista Tony Carreira, ou seja, não houve qualquer aluguer de cadeiras para este fim; os concertos do Tony Carreira a nível nacional são dez o que significa que foram identificados para além da Lousã, mais nove concelhos. A verba reverteu para duas associações, uma de âmbito nacional e outra local – ARCIL; Relativamente à ação DGPW contestada pela Câmara Municipal está a correr os seus trâmites legais; Deu nota que já tiveram início alguns trabalhos relativos às intervenções de retificação na Av. S. Silvestre e Rua Dr. Henrique Figueiredo e serão realizados os trabalhos mais substantivos nomeadamente a regularização da plataforma rodoviária; Confirmou que há falta de sinalização horizontal, na EN 17 e na EN 342, mas que têm sido feitas muitas diligências neste sentido, pese embora não seja concretizada tão brevemente quanto o desejado; No que diz respeito à Avenida D. Manuel I, informou que tem havido intervenção faseada, nomeadamente, na melhoria da circulação pedonal; relativamente à Assembleia extraordinária da APIN, informou que teve a ver com a formulação de uma decisão; afirmou considerar positiva a nova orgânica das CCDRC's dada a sua importância, valência técnica, expressão política e representatividade de ligação e

proximidade entre cidadãos e os eleitos e/ou dirigentes daquelas organizações e, ainda, porque tudo o que seja democratizar estes organismos intermédios é de extrema relevância e estão em linha com a regionalização; referindo-se à APIN, afirmou que o Município da Lousã, até ao ano de dois mil e dezanove, e enquanto gestor do sistema de águas, saneamento e resíduos teve um deficit em cerca de um milhão e meio de euros, tendo sido esta uma das razões que levou o conjunto dos onze municípios a procurar uma solução que permitisse de forma gradual resolver este problema; Relativamente a intervenções da APIN, informou que estão algumas ainda em execução, outras já estão executadas, destacando a melhoria do abastecimento de água à freguesia de Serpins e os investimentos na área de eficiência hídrica que são importantes no que respeita à redução das perdas; informou, também, que estão a ser executadas intervenções nas Aldeias do Xisto e que o "*grosso dos investimentos para o Concelho da Lousã estão já realizados.*" ----

António José Gonçalves interpelou a **Mesa** para reiterar a sua observação inicial recordando a **Senhora Presidente da Mesa** ter concordado consigo, pese embora "*tudo continue na mesma. Isto é um documento oficial. Eu aguardo que a **Senhora Presidente** nos explique o que é que vai fazer.*" Dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara**, acusou-o de não ser conclusivo e de estar a faltar com a verdade, porque não explicou à assembleia por que motivo é que as obras ainda não estão concluídas. Disse que apresentava um pedido de desculpas, caso fosse claramente informado, quando é que as referidas obras tiveram início porque nas suas deslocações na Lousã, ainda não viu obras nenhumas. Acrescentou que antes de vir para esta sessão, se deslocou à Senhora da Piedade, a fim de verificar se existe sinalética para proibição de circulação de autocarros de passageiros não tendo verificado que tivesse sido colocado nenhum.----------

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu citando: "*o que foi aqui decidido foi: este é um documento que nos chega do **Senhor Presidente da Câmara** e da responsabilidade do **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para dar resposta àquilo que vem não só na lei, mas, também, no nosso regimento. Na última reunião foi proposto ao **Senhor Presidente** melhorar e complementar o conteúdo da informação que vem escrita. A verdade é que foi uma proposta da **Mesa** da Assembleia, mas é uma proposta, o documento não é da nossa*

*responsabilidade. Voltou a reforçar que o documento é da responsabilidade do **Senhor Presidente da Câmara.**"* ----------

---

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

2 – Designação de dois cidadãos eleitores para integrar o Conselho Municipal Sénior. (doc. nº 5 (cinco)).----------

A Senhora Presidente da Mesa informou que este Conselho Municipal Sénior da Lousã integra pessoas idosas da comunidade, bem como representantes das diversas entidades que são ligadas à terceira idade e, também, responsáveis políticos e, nesse sentido, ao abrigo da alínea c) do ponto nº 2 do art.º 5º em relação à composição, a assembleia tem que nomear dois/duas cidadãos/ãs idosos/as. Apresentou uma proposta que recaiu sobre duas pessoas com vivências diversas de género diferente com distintos níveis de intervenção na comunidade e diferentes idades. Informou, ainda, de que para além da proposta da Assembleia Municipal, posteriormente, haverá propostas das Juntas de Freguesia e das IPSS's no sentido de equilibrar o género, a idade e as diferentes sensibilidades do Conselho Municipal Sénior. Acrescentou, ainda, que o trabalho deste Conselho Municipal Sénior, entre outras atividades, é de promover fóruns alargados de debate junto deste público mais sénior para auscultar as preocupações, das necessidades e aspirações desta população. Informou que a proposta apresentada foi comunicada e falada com os líderes dos Grupos Municipais e recaiu sobre o cidadão José da Silva Fernandes, e da cidadã Emília Maria de Almeida. Apresentou ainda uma breve biografia de percurso sobre cada um deles. ----------

---

Inscrições: Não houve inscritos.----------

Colocada à votação nominal e por voto secreto em urna no momento em que estavam presentes na sala quinze membros do PS, oito do PSD e um do BE: Relativamente à proposta do cidadão José da Silva Fernandes, foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, oito abstenções;----------

Relativamente à proposta da cidadã Emília Maria de Almeida, foi igualmente aprovada por maioria com dezassete votos a favor e sete votos em branco.---

---

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

3 - Apreciação e votação da proposta de retificação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público, pela Assembleia Municipal. (doc nº 6 (seis)).----------

---

Inscrições: Não houve inscritos.----------

Colocada à votação a proposta de retificação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público, pela Assembleia Municipal, foi aprovada por unanimidade com quinze votos do PS, oito votos da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e um voto do BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos da Assembleia Municipal. ----------

---

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

4 - Apreciação e votação da proposta de classificação da PPRSL - Paisagem Protegida Regional Serra da Lousã. (doc. nº 7 (sete)).----------

Inscrições: Santinho Antunes.----------

Santinho Antunes usou da palavra começando por dizer que anexo à proposta ia um mapa pouco esclarecedor e têm alguma dúvida relativamente a este assunto complementado com o email que receberam hoje. Questionou se a área que se encontra determinada como área protegida não integra a zona de intervenção a que se refere a queixa da Associação de São Lourenço na Silveira de Baixo e, em caso negativo, por que motivo não está contemplada. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu dizendo que a área referenciada por **Santinho Antunes** está integrada no mapa que, no caso do Município da Lousã, fará parte da área de PPRSL - Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã.----------

---

Colocada à votação a proposta de classificação da PPRSL - Paisagem Protegida Regional Serra da Lousã, foi aprovada por unanimidade com quinze

votos do PS, oito votos da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e um voto do BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos da Assembleia Municipal. ----------

---

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

5 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da prestação de contas individual relativa ao ano financeiro de 2022. (doc. nº 8 (oito)). ----------

Inscrições: Sérgio Pedroso, Luís Martins e Nelson Lopes. ----------

Sérgio Pedroso usou da palavra, citando: "*Quanto à prestação de contas e os documentos que a compõem, e como em anos anteriores estes eram disponibilizados com um prazo muito curto, este ano temos que começar por congratular a Mesa da Assembleia Municipal pelo tempo com que os puseram ao nosso dispor. Seguindo o relatório de gestão e na sua componente orçamental referir que durante o ano de 2022 a receita total cobrada atingiu EUR: 16.962.794,80 € dos EUR: 18.763.176,49 € de receita corrigida, apresentada uma execução de 90,40 %. Já no que toca à execução da despesa orçamental paga esta ascendeu aos EUR: 15.334.676,65 € dos EUR: 18.763.176,49 € de despesa corrigida, apresentando uma execução de 81,73 %, ou seja, uma taxa que em nosso entender se poderá considerar insuficiente. Gostaríamos que o Senhor Presidente se pronunciasse acerca deste facto, cientes que tal facto se deveu em muito às baixas taxas de execução na aquisição de bens de capital como nas transferências de capital. Passando a analisar a execução da receita, onde a receita corrente obteve um grau de execução de 94,03 % dar uma vez mais os parabéns ao Executivo no que diz respeito aos impostos diretos onde se verifica uma execução de 100 %, cerca de EUR: 4.213.485,75 €, e se observarmos o valor que estava inicialmente orçamentado receber de EUR: 3.413.133 € então o Município acabou por receber mais EUR: 800.352,75 €, nada mau! Só nesta rubrica. Parabéns! Se analisarmos a evolução da receita e em comparação com os anos de 2019 a 2022, vimos que os impostos diretos têm vindo significativamente a aumentar! Um aumento de 1,60 % de 2019 para 2020 de 5,05 % de 2020 para 2021 e um valor recorde de 20,67 % de 2021 para 2022, ou seja, de um valor cobrado de EUR: 3.491.787,71 € em 2021 para um valor cobrado de EUR: 4.213.485,75 € em 2022, cerca de EUR: 721.698,04 € a mais, é obra! Desta vez damos os parabéns*

não ao Município, mas sim a todos os Lousanenses que foram os que contribuíram, com todo o seu esforço e dedicação. Até quando Senhor Presidente irá manter estas taxas de impostos? Quanto às Grandes Opções do Plano sabemos e congratulamo-nos que em algumas rubricas as taxas de execução foram consideráveis, mas perguntamos ao ***Senhor Presidente*** *como já o fizemos em 2021 se acha que um grau de execução de cerca de 73,04 %, no ano passado de 73,75 % é suficiente? Pensamos que é manifestamente insuficiente! Pode explicar-nos o porquê desta taxa de execução? Passando à análise da componente patrimonial verificamos que o ativo registou um aumento de 1,41 %, o património líquido registou um decréscimo de 0,28% face ao exercício anterior, o que representa uma diminuição de 169 mil euros; e o passivo registou um aumento de 27,51 %, cerca de 1 milhão e oitenta e cinco mil euros. Em relação ao Balanço, não nos vamos alongar muito mais, só questionar o valor que se verifica no Saldo de Caixa e Depósitos à Ordem que totalizava à data de 31 de dezembro, o valor de EUR: 1.976.124,98 €, tendo tido um aumento de 2021 para 2022 de EUR: 389.478,24 € um valor bastante significativo. Passando agora a análise da Demonstração de Resultados que evidencia um resultado negativo de EUR: 1.027.361 €, contra os negativos EUR: 829.521,66 € de 2021, nos Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, verificamos um decréscimo de EUR: 391.144,79 € face ao ano de 2021. Mas, neste exercício temos que informar que estamos perante uma constituição de uma provisão para o Processo 1805/22.7 BEBRG, no valor de EUR: 632.258,27 €, na medida em que, existe um risco elevado de ocorrer decisão desfavorável para o Município. Não sendo esta situação teríamos não um decréscimo, mas sim um acréscimo de resultado. Portanto e para que os Lousanenses saibam,* ***Senhor Presidente****, o Município está mesmo na eminência de perder este processo? É triste ver que a obra da Escola Secundária ainda não está adjudicada, mas já poderá estar com uma derrapagem de mais de EUR: 632.000 €! Tanto esforço é pedido aos Lousanenses que viram o Município de 2021 para 2022 aumentar em cerca de EUR: 595.568,32 € a rubrica Impostos, Contribuições e Taxas, ou seja, de EUR: 3.736.752,92 € em 2021 para EUR: 4.332.321,24 € em 2022, para depois ver o seu dinheiro esvoaçar! Queremos com isto afirmar que o Município obteve um resultado antes de depreciações e gastos de financiamento de cerca de EUR: 1.698.475,63 € positivo e, não*

fosse a situação atrás descrita, ainda era maior, portanto e conscientes de que não poderemos aliviar a carga fiscal tanto como desejávamos para não por o equilíbrio financeiro do Município em causa, mas, também, cientes de que o Executivo o poderá fazer, perguntamos uma vez mais, para quando uma baixa nos impostos, mais concretamente na taxa de IMI? Em relação aos rácios e perante os números apresentados, temos que os rácios de liquidez apresentam uma evolução positiva em comparação com o ano de 2021, reforçando a capacidade de o Município fazer face aos compromissos de curto prazo. O que é um bom sinal. Congratular o Executivo por cumprir com o limite ao endividamento, continuar a não registar pagamentos em atraso e apresentar a 31 de dezembro de 2022 um prazo médio de pagamento de 21 dias. Para finalizar a minha intervenção, mais uma vez ficámos perplexos quanto ao resultado líquido antes de impostos evidenciados pela APIN em cerca de EUR: 2.129.137,03 € negativo, e ainda não estão contabilizadas algumas depreciações pois, ainda, não foi formalizada a cedência dos bens prevista no contrato de Gestão Delegada, senão seria muito pior, e como sabemos que o Município da Lousã detém uma participação de 18,39 % e que terá de desembolsar mais EUR: 391.548,30 € à conta deste resultado e, ainda, comparticipou o tarifário social e os autoconsumos, perguntamos mais uma vez para que serviu a constituição da APIN? Já agora ***Senhor Presidente****, se nos puder informar a que se devem os EUR: 701.969,35 € de Transferências e Subsídios Concedidos à APIN no exercício de 2022? Posto isto, só nos revolta que sejam sempre os mesmos a pagar a fatura! Por fim, e como nos é informado na Certificação Legal de Contas, ao qual pedia desde já uma justificação válida ao* ***Senhor Presidente****, o Município continua a ter inventariados e não valorizados ativos fixos tangíveis. Face a esta situação, não foi possível ao ROC "emitir uma opinião sobre as rubricas de património, ativos fixos tangíveis, gastos com depreciações e amortizações e consequentemente sobre o resultado do exercício", e se o ROC o diz, nós enquanto Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar – PSD/CDS-PP", também o dizemos, e não temos outra opção senão votar contra a prestação de contas do ano financeiro de 2022."* Referiu, ainda, que os documentos foram aprovados pelo Executivo Municipal com o voto de qualidade a que a lei confere ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**. ----------

Luís Martins interveio começando por dizer que faria uma análise sintética e reportou-se à prestação de contas do ano financeiro de 2022 dos documentos apresentados. Destacou o seguinte, citando: *"Na componente orçamental, na análise da sua execução, o orçamento inicial é contemplado por EUR: 18.753,357 €; Salientar aqui que a receita corrente apresenta uma execução de 94,03%. As receitas correntes representam um acréscimo em relação a 2021, onde as rubricas sobre o Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis IMTI e as transferências correntes do Estado justificada pela assunção de competências a partir de um de abril de 2022 no Setor da Educação, justificam esta variação. Na execução da despesa corrente, a despesa corrente revela um grau de execução superior a 87%. E, tal como na receita, o acréscimo destas despesas correntes está relacionado com a delegação de competências no Setor da Educação, assim como o aumento dos custos provocados pela inflação durante o exercício de 2022. Avaliando as Grandes Opções do Plano-GOP - avaliar o grau de execução das rubricas, nomeadamente serviços individuais de Saúde, 99,18% no Turismo, 98, 49%, Ação Social representa um quarto das GOP 97,96%, transferências entre administrações 93,97%, portanto são reveladoras do papel e da função social que o município presta ao concelho. A evolução positiva da generalidade dos rácios orçamentais: o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, que é um ponto de honra histórico nas demonstrações financeiras deste Executivo. Estruturar o orçamento em prol das funções sociais, mas sempre de forma consistente e equilibrada. Avaliando a Componente Patrimonial: o balanço, documento que nos permite verificar o património, representa: o ativo regista um aumento de 1,41% em relação ao ano anterior; o Património Líquido da autarquia regista um decréscimo de 0,28% e o passivo representa um aumento de 27, 51%, sendo que este é maioritariamente de longo prazo. Os rácios de liquidez, têm uma evolução favorável que permite que a autarquia possa assumir os seus compromissos de curto prazo com segurança. Na avaliação da demonstração de resultados, nas principais Receitas destaco o aumento das rubricas dos Impostos, onde se destaca o IMT e o aumento das Transferências Correntes do Estado. Os principais custos são como é normal nas autarquias, os custos com o pessoal, que representa 32,42%; fornecimento de Serviços Externos que representa 27, 29%; Sendo que estas rubricas aumentam em*

relação ao exercício anterior fruto do que aqui já abordamos, da delegação de competências do Setor da Educação, mas, também, dos custos gerados pela inflação e as convulsões sócio económicas que o mundo atravessa. O peso das amortizações do exercício, é fruto das várias infraestruturas que o município detém à sua responsabilidade e existe um aumento nas provisões que revela que a contabilidade usou o princípio da prudência das contas e aqui com um impacto no resultado. Na minha opinião pessoal e de acordo com o que nos foi explicado no ponto um, pessoalmente, fico com dúvidas se haveria necessidade da constituição de provisão, se não seria mais fidedigno uma menção em nota anexa às demonstrações financeiras porque no futuro, no momento de uma decisão mais favorável haverá lugar a reversão deste mesmo custo aqui evidenciado. E, assim o princípio da prudência está demasiado exposto perante os outros princípios, como o da especialização do exercido, ou da substância sobre a forma, mas é apenas uma opinião pessoal. O resultado antes das depreciações e gastos de financiamentos é superior a um milhão e seiscentos mil euros positivos, o que é bom para o desenvolvimento da atividade operacional da autarquia, mas, o resultado Líquido é negativo em 1027 milhares de euros, fruto do peso das amortizações do exercício sobre os ativos e compete-nos dizer que se tem de dar continuidade ao rigor das contas nos exercícios económicos futuros. Destacar, também, o cumprimento dos limites ao endividamento, destacar o cumprimento das leis dos compromissos e dos pagamentos em atraso e fatores relevantes após o encerramento das contas: destacar o valor dado à APIN no montante de EUR: 391.548,00. Contudo, se atendermos ao histórico do que era o deficit municipal anual sobre as rubricas das águas, resíduos e saneamento, reforçamos a ideia de qual foi a razão que se constitui esta empresa intermunicipal. Esta empresa foi constituída por todos e aprovada por todos os partidos presentes nesta assembleia. Em suma, o Executivo cumpriu com o Orçamento que inicialmente se propôs, razão pela qual iremos votar favoravelmente."----------

Nelson Lopes interveio começando por salientar a qualidade dos documentos que constituem o Relatório de Gestão e Contas em apreciação, bem como a sua disponibilização a esta assembleia atempadamente. Afirmou ter verificado que se trata de um conjunto de documentos que explicam de forma clara e

detalhada a posição financeira do município a 31 de dezembro de 2022, bem como o desempenho económico da autarquia ao longo de todo o exercício. Apresentou uma palavra de reconhecimento ao Executivo Municipal e um agradecimento a todos os técnicos da autarquia que estiveram envolvidos na elaboração destes documentos de Prestação de Contas, bem como aqueles que, diariamente, contribuem para a boa gestão financeira desta autarquia. Apresentou, ainda, uma palavra de apreço para o Revisor Oficial de Contas – ROC que auditou e certificou os documentos e emitiu o seu parecer de forma independente e fundamentada. Da análise que efetuou aos documentos e tendo em conta o ano de 2022 que foi extremamente desafiante, pela inflação, crise energética, gestão da cadeia de abastecimento de algumas matérias-primas e na execução de empreitadas acrescentando ainda a invasão da Rússia à Ucrânia, saudou o Executivo Municipal pelo continuado e robusto investimento nas funções sociais colocando as pessoas no centro da atuação autárquica e das políticas públicas. Destacou as taxas de execução obtidas na Receita e na Despesa, bem como a manutenção do prazo de pagamento a fornecedores que se situa abaixo dos trinta dias. Enalteceu o Saldo de Gerência que resultou desta boa gestão e atingiu o montante em cerca de um milhão, novecentos e setenta e seis mil euros, bem como o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento que pela elevada prudência na constituição de provisões neste exercício que se cifrou em cerca de EUR: 1. 698.00 €. No seu entendimento, esta é a rubrica mais importante da Demonstração de Resultados porque evidencia a capacidade de organização em libertar meios financeiros necessários às várias candidaturas a fundos comunitários que vão surgindo. Disse que este orçamento tem sido gerido com elevado sentido de responsabilidade resultando no equilíbrio financeiro e um nível de endividamento distante do limite legal. Tal como **Sérgio Pedroso**, afirmou que, também, constatou em consequência do resultado negativo que a APIN apresentou no exercício de 2022, o Município da Lousã e todos os outros que constituem esta empresa intermunicipal devem efetuar a respetiva compensação financeira na proporção da sua participação de modo a equilibrar esse resultado. Disse que todos gostariam que a APIN estivesse com melhores resultados económico e financeiros, mas que todos sabem que a empresa teve o seu início no período difícil de

pandemia, não tem como principal objetivo o lucro e que existe um grande trabalho pela frente, principalmente de redução de perdas na rede. Verificou que o esforço financeiro que hoje é solicitado ao município é consideravelmente inferior à diferença entre Despesas e Receitas no último ano em que o município fez a gestão direta do setor das águas, resíduos e saneamento, cujo resultado negativo se situou em EUR: 1.5 milhões de euros. Adiantou que perante estes dados, percebe-se uma poupança anual para o município em mais de um milhão de euros ao que acresce o ganho recorrente das diversas candidaturas a fundos comunitários que neste modelo foi possível aprovar e que se traduzem em avultados investimentos e obras no concelho. Citando: "*Mas se as dificuldades foram muitas no exercício económico 2022, nestes últimos meses fomos confrontados por novos desafios que se vêm somar aos atuais. Como é do conhecimento geral o BCE numa tentativa de controlar os altos níveis de inflação iniciou um ciclo de subida da taxa de juros de referência que está já a provocar dificuldades acrescidas nas famílias e nas empresas e certamente irá, também, provocar um aumento nos custos financeiros do município neste exercício 2023 e, por isso, deixo aqui um apelo ao Executivo para que dentro deste cenário que continua muito pouco favorável, tente manter este registo de boas contas para que se possa continuar a realizar os investimentos necessários ao concelho e manter ou mesmo reforçar o mesmo nível às empresas e às famílias Lousanenses.*"----------

Santinho Antunes tomou a palavra para apresentar um protesto à **Mesa** relacionado com o que a Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP considera ser uma Assembleia Municipal democrática. Afirmou que a essência de uma Assembleia Municipal é que uma deliberação seja, previamente, debatida, contraditada e que ambas as partes tenham a oportunidade de passar a sua posição e essa posição seja discutida pela outra parte. Afirmou que já foi evidenciado em outras sessões da assembleia que a atribuição do uso da palavra não está a ser atribuído de forma democrática e agora, disse que foi evidente esse mau uso da palavra. Citando: "*quando o nosso* ***Deputado Sérgio Pedroso*** *pediu a palavra, foi de imediato atribuído a mesma e depois dada a palavra a dois deputados do PS. Isto desvirtua o que é a assembleia, ou seja,* queremos deixar aqui que na próxima vez, possivelmente não será esta apenas a nossa posição um protesto em Ata a dizer que

queremos uma assembleia democrata e que o uso da palavra seja feito de forma equilibrada."----------

A Senhora Presidente da Mesa, respondeu citando: "*em relação a essa questão dizer que um dos princípios basilares de um Estado de Direito Democrático é o princípio da proporcionalidade e é isso que nós temos feito aqui desde o início. Já assim era feito anteriormente e é isso que nós temos aplicado. A verdade é que a gestão das várias intervenções tem sido a de intercalar elementos dos vários grupos municipais, tendo em consideração o número de eleitos do Grupo Municipal aqui.*" Seguidamente passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** a fim de tecer as considerações tidas por oportunas e convenientes. ----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por realçar e reconhecer o trabalho de toda a estrutura para o facto de se terem conseguido bons resultados que evidenciam o equilíbrio financeiro da autarquia num exercício muito difícil pelas razões antes proferidas por outros intervenientes neste ponto. Dirigindo-se a **Sérgio Pedroso** afirmou que o facto de este considerar insuficiente a despesa, deve-se a algumas questões que foram mencionadas e que dizem respeito a algumas irregularidades de falta de concretização de alguns projetos, que têm significado financeiro. Relativamente aos Impostos a rubrica cresceu em função do IMT e Derrama que têm um comportamento menos homogéneo do que têm, por exemplo, os Impostos do IMI ou do IRS. Disse que a análise da política fiscal tem que ser feita tendo em consideração e ponderação estes parâmetros. A receita do Imposto do IMI está estabilizada já há alguns anos. No que diz respeito ao valor da Receita e da Despesa assinalou que permitiu uma poupança corrente que a direcionou para outros fins. No que diz respeito à provisão, deu nota que já foi aqui explicitada tecnicamente e foi devidamente enquadrada. Em relação ao cariz político que lhe foi atribuído, afirmou que o município, relativamente a esta questão, não despendeu de nenhum valor. A convicção do município é que quando e se houver lugar a pagamento será num valor muito inferior àquele que a empresa agora reclamou através da ação que intentou. Sobre a APIN, informou que o valor transferido diz respeito à participação do município em relação à sua percentagem do Capital Social, nos prejuízos e também ao pagamento do tarifário social. Realçou que não se pode confundir a

participação nos prejuízos com tarifário social, uma vez que este último tem uma dimensão completamente diferente. O Município da Lousã já praticava tarifário social e "*este consegue ainda ser mais ambicioso e amigo do cliente*". Realçou que no ano de dois mil e dezanove, o Município da Lousã assumiu um deficit de valores referente à gestão de águas, saneamento e resíduos que agora estão delegados na APIN, de cerca de 1,5 milhões de euros. Não tendo sido a única razão, mas foi uma delas que levou à criação da empresa intermunicipal, a fim de minorar os prejuízos até os extinguir. Enalteceu, também, o investimento nas pessoas, nomeadamente no apoio que a Câmara Municipal presta às atividades de apoio à família, educação e transferências da área social, desporto e cultura que "*significa uma fatia muito considerável do orçamento municipal.*" ----------

---

Colocada à votação a aprovação da prestação de contas individual relativa ao ano financeiro de 2022, foi aprovada por maioria com quinze votos a favor do PS, 8 votos contra da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e uma abstenção do BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos da Assembleia Municipal. ----------

---

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

6 - Apreciação e votação da proposta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoios a Instituições que Exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil. (doc nº 9 (nove)).----------

Inscrições: Santinho Antunes.----------

Santinho Antunes interveio começando por reiterar o que disse relativamente às reservas da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e em seguida recordou que há pouco tempo apresentaram uma Moção respeitante a financiamento dos bombeiros, que apesar da crítica e da não aprovação por parte do Grupo Municipal do PS, informou que teve oportunidade de ler que a Presidente da Associação Nacional de Municípios disse que todas as autarquias deviam seguir a recomendação do Tribunal Constitucional, a Câmara da Lousã entende que se deve opor a essa recomendação. Em seguida questionou se este regulamento teve em apreciação essas recomendações e frisou que o facto de lhes ter sido feito chegar este

regulamento, neste dia, reiterou que a Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, não pretende bloquear deliberações, mas não pode deixar de frisar que as mesmas têm que ter uma oportunidade de contraditório e, por isso mesmo, devem chegar em tempo para esse efeito. ----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que o regulamento vai ao encontro das disposições legais necessárias para proceder à sua aplicação.----------

---

Colocado à votação o Regulamento Municipal de Concessão de Apoios a Instituições que Exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil, foi aprovado por maioria com quinze votos a favor do PS e nove abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e do BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos da Assembleia Municipal. ----------

---

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e informou que estava cumprida a Ordem de Trabalhos, solicitando a aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e do BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. ----------

---

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos. ----------

---

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Sara Antunes